ATA DE REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES DE FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA - EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO - VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDUSTRIA COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA NO DIA SEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM. (06-12-2021).

Aos seis dias do mês dezembro de dois mil e vinte e um, segunda-feira, às oito horas e sete minutos, realizou-se a reunião da Comissão Permanente de Finanças, Legislação e Justiça (Presidente: Fernando Sampaio; Vice-presidente: Ediraldo Ramos; Vogal: Adimar Cota) Comissão Permanente Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo, (Presidente: Mauricio Borges; Vice-presidente: Ricardo Miranda; Secretario: Edson Agostinho) Comissão Permanente Viação, Obras Públicas, Agricultura, Industria Comércio e Meio Ambiente, (Presidente: Edson Agostinho de Castro Carneiro; Vice-presidente: Ediraldo Arlindo de Freitas Ramos; Secretario: Ricardo Miranda Thomaz) por videoconferência, **Participaram da Reunião:** os vereadores Fernando Sampaio, Marcelo Macedo, Mauricio Antônio Borges, Adimar Cota, Ediraldo Ramos, Jose Sales, Edson Agostinho, Ricardo Miranda, Gilberto Mateus e a vereadora Sonia Azzi. Registraram Presença: Dr. Corjesu Quirino, Procurador do Legislativo; Guilherme Schulz - Gerente de Relações Institucionais - Transcotta Agência; Deyvson Ribeiro, Sócio proprietário da empresa Angel Fly; Cíntia Fagundes - Coordenadora Administrativa - Transcotta Agência; Antônio Marcos Ramos de Freitas - Secretário Municipal de Defesa Social; Arlinda Gonçalves - Secretária Municipal de Administração; Juliano Barbosa - Controlador do Município; Anderson Lopes Coelho Stoppa - Assessor Técnico de Planejamento; Dr. Frederico Faria - Procurador Municipal; Dr. Israel Quirino - Subprocurador de Assessoria Jurídica; Neuzeth Pedrosa da Silva - Tesoureira da Associação dos Moradores do Barro Preto; Junior Eduardo, FEAMMA; Marcelo, Presidente da Associação de Bairro em Passagem de Mariana; Thalison, Representante da Associação de Bairro Nossa Senhora Aparecida; Dr. Israel Quirino, Prefeitura Municipal de Mariana. **ABERTURA:** no exercício da Presidência, o vereador Fernando Sampaio deu início aos trabalhos, agradecendo a presença dos participantes da reunião, e abriu votação para leitura da Ata da última reunião que foi dispensada, e aprovada sem ressalvas. O Presidente colocou em discussão o **Projeto de Lei N.º 195/2021** (Autor: Vereadora Sonia Azzi) que "Institui o dia vinte e quatro de fevereiro como dia Municipal da Mulher, e da outras providencias". Com a palavra, o Procurador Corjesu disse que o Projeto não

ofereceu nenhum custo ao Município e apenas oportunizou o Município a trabalhar nas ações, e caso fosse de interesse e da vontade do Chefe do Executivo em ajudar na promoção, estava apto para ser apreciado e votado. Ato continuo, o Presidente Fernando colocou em discussão, e abriu votação para aprovação do projeto, que teve o parecer favorável e liberado pelas Comissões para a reunião das dezesseis horas, em seguida colocou em discussão **Projeto de Lei N. º192/2021 Autor:** (Prefeito Municipal em Exercício) que "Dispõe sobre autorização do poder executivo a conceder de forma temporária e em caráter experimental, subvenção econômica para o subsídio tarifário do transporte coletivo urbano de passageiros no município de Mariana – MG com isenção integral de tarifa para o usuário denominado "Tarifa Zero". Com a palavra, a Secretária Arlinda disse que como considerações iniciais o Prefeito conceituou esse Projeto como audacioso, porém plenamente possível disse que, foram feitos estudos e visitas a Municípios que já instituíram o Tarifa Zero disse que, o objetivo principal desse Projeto era justamente conceder auxilio a população que necessita de deslocamento e ao mesmo tempo oferecer alivio ao empregador que tem um custo alto a nível de transporte de seus colaboradores. Com a palavra, o vereador Edson Agostinho questionou caso o Município voltasse a ficar em uma situação precária novamente, se o Prefeito cortaria o através de Decreto ou teria que voltar para a Câmara. Em resposta, o Presidente Fernando disse que um artigo será colocado onde que caberá exclusivamente o Prefeito decidir. Com a palavra, o senhor Guilherme representante da empresa Transcotta disse que já houve conversas com o Executivo mais previsibilidade para o Projeto e orçamentos que estavam muito bem definidos e desenhados para operações no formato de como era antes da pandemia, e tiveram como preocupação existir uma demanda superior ao formato que houve em dois mil e dezoito, outro ponto importante que foi tratado era sobre a possibilidade do reequilíbrio de custeio em relação ao número de aumento de insumos, citou como exemplo o óleo diesel que estava cada vez mais caro. Ato continuo, o Presidente Fernando disse que como sua sugestão teriam que ver sobre o acerto que era mensal, disse que deveria ser por quinzena para não haver acumulações. Com a palavra, o vereador Marcelo disse que achava importante discutirem quais sobre as obrigações da empresa no artigo onze. Em seguida, o vereador Edson Agostinho questionou sobre o pedido de pagamento quinzenal, disse que os outros fornecedores como a cooperativa deveriam ser colocados na mesma situação porque se for conceder para um os outros logo vão querer também. Com a palavra, o vereador Ricardo disse que queria complementar a reunião sobre uma de suas preocupações, disse que houve algumas obras na cidade em que viu e deu como exemplo a questão da policlínica da pista de skate, onde a empresa não

havia acabado e não tiveram condições de continuar, disse também que a partir do momento em que colocam uma empresa de forma gratuita e de repente o trabalhador não consegue chegar no horário em seu trabalho, isso poderia gerar um grande transtorno e paralelo a isso sugeriu que nos pontos de ônibus fossem colocados uma sinalização com os horários, esclareceu que estavam querendo cobrar dos usuários que utilizassem de forma correta o Transporte Público, mas haveria responsabilidades por parte da empresa disse que, isso era um desafio muito grande ainda por algumas questões da cidade como as ruas e entradas de alguns bairros, e seria um grande desafio pela frente e não poderiam deixar que a empresa não cumprisse com suas responsabilidades. Com a palavra, o senhor Antônio Marcos Secretário de Defesa Social disse que era de extrema importância discutirem o Projeto que era tão grandioso e complexo, mas ao mesmo tempo um Projeto que chega na ponta da linha disse que, as preocupações dos vereadores era pertinente sim e o Departamento de Transito já estava se preparando inclusive deixando Guardas Municipais por conta desse trabalho, esclareceu que o mais importante de tudo foi que esse Projeto tinha o caráter experimental de seis meses, que dará uma noção se haverá uma vantagem em cima disso onde já começaria como se em dois mil e dezoito estivessem, já começaria com uma oferta maior de ônibus caso houvesse no momento uma empolgação. Pela ordem, a vereadora Sonia Azzi disse que o Projeto era importante mas como alguns já disseram teria os pros e as coisas a favor, acredita que terá um momento de aumento mas terão seis meses para verificar se o Projeto vai dar continuidade, disse que concordava com uma emenda em que excluiria a Câmara de culpas, explicou que o povo realmente teria que ser educado para usar as coisas que são gratuitas, e haverá um aumento sim de pessoas que vão usufruir desse transporte, disse que o transporte Tarifa Zera levara outras pessoas ao direitos delas que sairão de suas localidades s quais não tinham condições de ir e usarão o transporte de graça, acredita que nos primeiros seis meses terá uma mostra se o Projeto valera a pena ou não disse que, teriam que fiscalizar e educar as pessoas para usarem aquilo que lhes era de bem, para não acharem que porque era de graça e quererem depredar, explicou que não era de graça mas estava saindo dos cofres Públicos, disse que era um Projeto grandioso mas teriam que olhar com muito carinho, sugeriu que uma visita fosse feita em alguma cidade onde já teve o Tarifa Zero, para conversarem com as pessoas e com o Prefeito, explicou que poderia ter alguma cidade com o Tarifa Zero mas pode não ser tão populosa como Mariana que tem muitos Distritos e Subdistritos disse que, era complicado comparar a nossa realidade com outras realidades. Ato continuo, o Presidente Fernando disse que a Prefeitura visitou a cidade de Caeté, mas poderiam sim olhar com o Presidente da Casa o vereador

Ronaldo Bento sobre visitas em outras cidades disse que, atualmente Mariana tinha uma extensão urbana territorial maior que Belo Horizonte. Com a palavra, o vereador Ronaldo Bento questionou sobre a legalidade do Projeto de Lei e queria ouvir do Dr. Israel Quirino que estava presente na reunião, para que este fizesse suas explanações, explicou sobre o Projeto onde cem por cento dos vereadores era a favor, mas sua concepção era sobre as condições precárias da empresa Transcotta disse que, era uma novela a questão de Transporte na cidade de Mariana e que há alguns anos estava sobre o crivo da justiça, questionou se a concessão viesse fazer uma licitação se seria uma forma legal, porque haveria uma cessão, em que pese mesmo que precária o direito de operar era da empresa, mas entendeu que por mais que será feito uma gratuidade no âmbito geral tinham como dúvida se a Prefeitura estava dentro de sua segurança jurídica de fazer essa concessão por um ano, que será de seis meses prorrogada para mais seis meses, disse que no corpo da Lei passados os seis meses haveria uma licitação, e sua pergunta para os responsáveis presentes na reunião era se a Câmara tinha segurança jurídica, para que lá na frente em que pese terem votado os quinze vereadores, mas para que não haja dor na consciência de terem votado, e sua insegurança era sobre a formalidade ou seja na questão de fazer a cessão a empresa que opera de forma precária sem que houvesse de plano a consulta de outras empresas a entrarem na licitação que com total certeza irá acontecer depois de um ano, disse que com o devido respeito que a décadas e décadas não tinhamos um Prefeito para enfrentar o problema do transporte Público de Mariana, disse que não tinha nada contra a empresa concessionaria mas como operador da Lei haveria de seguir o regramento do que a Lei permite fazer. Em resposta, o Dr. Israel Quirino esclareceu que nunca fugiram de fazer uma licitação de transporte, e já estavam na terceira ou quarta tentativa e houve alguns percalços de ordens judiciais, e em uma dessas licitações foi dado uma sentença judicial fazendo com que o processo ficasse suspenso mas deveria ser mantido o serviço de transporte coletivo, uma vez que o transporte coletivo era em direito fundamental previsto o artigo sexto da Constituição Federal, que dependia de políticas públicas mais ações do governo para que acontecesse disse que, o Munícipio não podia se omitir em oferecer o transporte coletivo a população, seja por meio de uma concessão ou ele mesmo executaria por sua conta própria, e quando veio a obrigatoriedade de licitar foi licitado em vários momentos, esclareceu que hoje estavam em condições precária, a concessão atual estava amarrada a uma proposta de se realizar uma licitação em um tempo vindouro, disse que a Dra. Arlinda junto com sua equipe estavam elaborando um processo de licitação que acontecera daqui a um ano, disse que haveria a possibilidade de terem um contrato funcionando e outro em processo de licitação

o que seria o correto e ideal, disse que estavam acorrentados em uma decisão judicial onde deveriam fornecer o serviço de transporte, essa questão de transporte foi bem delicada porque não era de hoje, disse que a uns quatro ou cinco anos trás a equação de transporte não estava fechando, pontuou que era desde dois mil e treze onde houve manifestações pelas ruas para discutirem o custo do transporte, disse que estávamos em um sistema capitalista onde a empresa de transporte teria que ganhar dinheiro e o trabalhador pagar os custos da passagem, mas se esse trabalhador não consegue pagar, esse direito fundamental garantido o Munícipio teria que intervir de alguma forma, ou intervir subsidiando a empresa ou intervir como o Projeto em pauta o Tarifa Zero que estava sendo um modelo muito utilizado, disse que estavam sim preocupados com a legalidade e havia um grupo de advogados trabalhando com isso e acompanhado bem de perto, declarou que iriam acompanhar isso tudo bem de perto, dando segurança jurídica ao Prefeito, dando segurança jurídica ao usuário, e a empresa Transcotta que era a atual prestadora de serviço, e em tempo recorde será colocado na rua a concessão de licitação de transporte para estarem cientes que haverá um processo de Tarifa Zero e será experimental. Com a palavra, o senhor Deyvson sugeriu que fosse colocado como emenda ao Projeto de Lei ao tocante a multas em casos de atrasos e descumprimentos de horários, onde será a Prefeitura que pagará pelo serviço que deverá ser oferecido com excelência, disse que terão a chance nesses seis meses de concertar a Transcotta. Com a palavra, o vereador Marcelo disse que tinha preocupações com relação a fiscalização, ate mesmo pra cobrar da empresa que estava prestando o serviço, questionou sobre o artigo quarto parágrafo segundo do Projeto de Lei e disse que discordava, após foi lido o artigo onze e doze a pedido do vereador. Com a palavra, o senhor Marcelo Presidente da Associação de bairro em Passagem de Mariana disse que houve uma peculiaridade devido a ônibus circulares e ônibus que circulam de Mariana a Ouro Preto, e questionou se os ônibus intermunicipais entrariam no Projeto Tarifa Zero, e também sobre buscar através das associações de bairros os melhores horários de circulação dos ônibus que melhor atenderia, disse que era uma boa ideia quando o Projeto for implementado que não houvesse reclamações quanto aos horários. Em resposta, a Secretária Arlinda esclareceu que as linhas intermunicipais não foram contempladas pelo programa. Com a palavra, o senhor Thalison disse sobre sua opinião especificamente porque ainda não havia se reunião com a associação para debater sobre o assunto, e utilizando da fala da vereadora Sonia Azzi disse que o Transporte publico não era gratuito e sim pago pelos munícipes, onde haveria outras prioridades que ao seu ver era algo muito mais necessário, como por exemplo problemas com abastecimento de água e tratamento de esgoto disse que,

primeiro teriam que debater caso a caso com as associações, e o Projeto estava sendo colocado agora, mais segundo sua percepção haveria muita pressa para ser aprovado, esclareceu que o Projeto estava tirando duas ruas no bairro Colina onde o ônibus deveria passar, disse que já abriu diálogo com a Transcotta e com o DEMUTRAN e recentemente com o chefe do Poder Executivo, para justamente estender esse trajeto do ônibus passando pela rua Copacabana e Paria da Tijuca, chegando na Avenida Cabo frio e saindo de lá, esclareceu que hoje do jeito que estava não atendia, e o que estava no Projeto sobre algumas ruas contempladas estava reduzindo ainda mais, disse que a Transcotta era intransigente e a empresa não gostava de ouvir as pessoas e principalmente o senhor Guilherme, e já teria feito uma ponderação que hoje o ônibus sobe e desce uma mesma rua a Ipanema, e poderia dar a volta e subir por oura rua disse que, nunca tem sucesso com diálogo com a Transcotta, questionou se o Município tinha um estudo de impacto orçamentário no tocante as pessoas que trabalhavam com transporte de passageiros via aplicativos. Ato contínuo, o Presidente Fernando disse que concordava com o aumento de linhas e horários no bairro Colina e principalmente nas ruas que ja foram asfaltadas. **ENCERRAMENTO:** não havendo mais nada a tratar, o Presidente Fernando Sampaio encerrou a reunião às dez horas e trinta e nove minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**